



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
COORDENADORIA DE ATIVIDADES CULTURAIS  
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS  
EM SISTEMAS NACIONAIS DE INFORMAÇÃO

MARIA LUÍSA MONTEIRO DA CUNHA

1977



BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS EM SISTEMAS NACIONAIS DE INFORMAÇÃO

por

MARIA LUISA MONTEIRO DA CUNHA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
COORDENADORIA DE ATIVIDADES CULTURAIS  
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

1 9 7 7

99 CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

PORTO ALEGRE, 3 a 8 de julho de 1977

CDD - 027.7

CDU - 027.7

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS EM SISTEMAS NACIONAIS DE INFORMAÇÃO

por

MARIA LUISA MONTEIRO DA CUNHA

Diretora da Divisão de Biblioteca e Documentação

da

Universidade de São Paulo

CRB - 8/252

SÃO PAULO  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO  
1977

# BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS EM SISTEMAS NACIONAIS DE INFORMAÇÃO

por

MARIA LUISA MONTEIRO DA CUNHA

## RESUMO

A biblioteca universitária é elemento básico dentro do contexto do Controle Bibliográfico Universal (UBC). Neste trabalho é estudado seu papel num programa nacional de informação. Para isso são expostos e analisados os objetivos do NATIS (Sistema Nacional de Informação) salientando a necessidade de as bibliotecas universitárias estarem preparadas para as novas realidades, como a centralização de serviços, mecanização, integração de redes nacionais etc. São apresentados princípios e sugestões para a concretização dessas finalidades.

# BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS EM SISTEMAS NACIONAIS DE INFORMAÇÃO

por

MARIA LUISA MONTEIRO DA CUNHA

"Nenhuma biblioteca poderá integrar-se num sistema nacional de informação, sem que fale a mesma linguagem do sistema" <sup>1</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

1.1 "O direito à informação é patrimônio de todos os homens. A memória da humanidade pertence a todos por igual e os Governos têm a obrigação de velar por sua preservação, enriquecimento e difusão.

1.2 Em toda sociedade é essencial que o desenvolvimento seja integral. Alguns elementos fundamentais desse desenvolvimento são a educação e a tecnologia, o que permite ao homem moderno uma consciente tomada de decisões". <sup>2</sup>

1.3 Estas, as duas primeiras declarações do Seminário Interamericano sobre a Integração dos Serviços de Informação de Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação na América Latina e nas Antilhas. Entretanto, esse mesmo Seminário reconheceu que na América Latina e nas Antilhas os serviços de informação se encontram em estado deficitário, embora possam ser assinalados distintos níveis de desenvolvimento.

1.4 As declarações do Seminário em apreço nos levam a pensar nas dificuldades com que defrontam os bibliotecários e outros profissionais que têm a seu cargo a disseminação da informação, e que estão consubstanciadas

nas palavras do Sr. René Maheu, diretor geral da UNESCO, proferidas na sessão de abertura da Conferência Intergovernamental sobre o Planejamento de Infraestruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos: "o armazenamento da informação e a disseminação do conhecimento levantam problemas de grande magnitude e complexidade. Torna-se dia a dia mais difícil manter sob controle o volume de documentação que cresce sem cessar em todos os campos do conhecimento. Os métodos tradicionais já se tornaram insuficientes para esta finalidade e urge encontrar novos recursos condizentes com a importância do empreendimento". <sup>3</sup>

- 1.5 Face à necessidade de novos recursos e novas tecnologias, os fatores que se seguem devem ser ponderados antes de encetado o planejamento de um sistema de informação a nível nacional: (1) a tecnologia é cara, o que implica na necessidade de planejamentos cuidadosos bem como no compromisso a longo prazo, por parte do Governo, para que se assegure a estabilidade dos programas; (2) a tecnologia é muito complexa e há necessidade de uma direção técnica de sentido comum a nível nacional para que todas as entidades e órgãos competentes possam coordenar suas atividades de maneira eficaz; (3) trata-se de uma tecnologia especializada e a evolução de um programa nacional de informação deve ser sincronizada com a formação técnica das pessoas que irão executá-lo; (4) como a tecnologia, por sua própria natureza, é inovadora, sua introdução altera invariavelmente técnicas tradicionais e exige que o país se ocupe dos problemas decorrentes da reeducação dos usuários. <sup>4</sup>

## 2 PANORAMA ATUAL, NO QUE CONCERNE À INFORMAÇÃO

- a) Ação das organizações internacionais
- b) Ação Nacional

2.1 Tendo em vista que nos planejamentos, na tomada de decisões e na administração, o Estado depende cada vez mais da disponibilidade e provisão de informação fidedigna que é base para o estabelecimento de planos econômicos e de desenvolvimento social; que a informação é uma fonte nacional de recursos e um auxílio na promoção do progresso tão vital para a comunidade e seus membros; que a informação é um veículo de informação social e, conseqüentemente, contribui para a constituição de uma "sociedade informada", <sup>5</sup> as grandes organizações internacionais vem desenvolvendo planos de ação dinâmica, visando a uma ampla difusão da informação, cientes de que esta é, inegavelmente, a base essencial para a manutenção de uma sociedade moderna em qualquer estágio do seu desenvolvimento.

2.2 Na Europa, vemos o esforço conjugado da UNESCO, da IFLA, da FID e do CIA (Conselho Internacional de Arquivos) evidenciado, mais uma vez, na Conferência Intergovernamental sobre o Planejamento de Infraestruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, certame que comprovou a absoluta necessidade de integração das atividades dos documentalistas, bibliotecários e arquivistas. De fato, são atividades afins, que se complementam em seus objetivos e funções. O NATIS, por exemplo, é um planejamento integrado de documentação, bibliotecas e arquivos. Contudo, isto não significa "uma fusão de várias tarefas, profissões etc." (grifo nosso). Em futuro próximo, ocorrerá justamente o oposto, i.e., a crescente divisão em maior número de funções e profissões aumentará consideravelmente". <sup>6</sup>

2.3 Na América Latina, vimos, há anos, nos beneficiando com o auxílio que a OEA nos oferece mediante o seu Programa de Desenvolvimento de Bibliotecas.

2.4 Graças à UNESCO e à OEA, os bibliotecários latinoamericanos têm tido oportunidade não só de cursos e estágios no exterior, como também de inúmeros seminários, conferências e encontros nos quais a permuta de experiências e troca de idéias têm sido um estímulo para o desenvolvimento de nossas bibliotecas e atualização dos conhecimentos profissionais dos bibliotecários.

2.5 Em trabalhos anteriores 7, 8 divulgamos o resultado dos célebres seminários realizados em Monticello, Illinois, em 1961, e Mendoza (Argentina), em 1962. No presente documento teremos oportunidade de fazer referência às Conclusões do Seminário sobre os Serviços de Informação em Grandes Concentrações Universitárias levado a efeito na Cidade do México em 1975 sob os auspícios da OEA e da UNAM, e de tecer breves considerações acerca dos objetivos para uma ação nacional e internacional contidos no NATIS (Sistema Nacional de Informação). Este último documento <sup>9</sup> permitir-nos-á avaliar como as bibliotecas universitárias brasileiras se situam face a um programa nacional de informação.

### 3 NATIS - PROGRAMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO

3.0 NATIS - Examinando os 16 objetivos do NATIS, podemos apreciar o que se segue quanto à situação atual da biblioteca universitária no Brasil. Cumpre-nos esclarecer que a comparação é feita com base em padrões médios, eis que ainda há em nosso país diversidade de situações, ou seja, temos algumas bibliotecas universitárias que se nivelam com as congêneres dos países desenvolvidos e outras em situação quase precária.

#### 3.1 OBJETIVO 1 - UMA POLÍTICA NACIONAL DE INFORMAÇÃO

3.1.1 Há muito os bibliotecários brasileiros - não apenas os universitários - se conscientizaram de que o que importa não é simplesmente o livro e sim a informação



nele contida. Desse modo, sob este aspecto, estão aptos para uma perfeita participação numa política nacional de informação, segundo as especificações contidas neste primeiro objetivo.

### 3.2 OBJETIVO 2 - SUSCITAR O INTERESSE DOS USUÁRIOS

3.2.1 A fim de suscitar um maior interesse dos usuários as entidades apropriadas, entre elas as universidades e outros estabelecimentos de ensino, deveriam incluir em seus programas uma instrução sistemática sobre o modo de utilizar os recursos da informação disponíveis em todos os elementos do NATIS. Em relação às universidades, deveriam formar parte do currículo cursos sobre o modo de utilizar as obras especializadas e as fontes de informação, estabelecidos com plena cooperação das bibliotecas universitárias.

3.2.2 Em várias das nossas universidades os bibliotecários chefes de algumas unidades ministram cursos de organização bibliográfica não só para alunos, como também para membros do corpo docente. Na USP, a pioneira neste campo foi a biblioteca da Faculdade de Odontologia. Atualmente, quase todas se dedicam a esta tarefa. O GISBUSP (Grupo de Integração do Sistema de Bibliotecas da USP) incluiu como parte do seu programa de ação a unificação do método de ensino nos cursos em apreço. O documento resultante desse trabalho figura entre os que foram apresentados ao 9º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Poderá servir de guia para outras universidades que ainda não tenham iniciado esta atividade. As sugestões e críticas construtivas que receber neste Congresso contribuirão para o aprimoramento dos cursos que prosseguem em ritmo crescente de utilidade, sendo incontestemente o interesse por parte dos usuários. 10

### 3.3 OBJETIVO 3 - PROMOÇÃO DO HÁBITO DE LEITURA

3.3.1 A fim de incrementar e manter o hábito de leitura, a rede de bibliotecas escolares e públicas do sistema nacional de informação, em cooperação com as instituições competentes de ensino, deveria elaborar programas especialmente destinados a atrair e manter o interesse de uma vasta clientela em potencial.

3.3.2 À primeira vista, este objetivo parece não abranger a finalidade da biblioteca universitária. Contudo, face à realidade brasileira, cabe também à biblioteca universitária uma grande tarefa, segundo as especificações do NATIS, neste setor.

3.3.3 Como salienta o Prof. Samuel Pfromm Neto, "boa parte dos estudantes brasileiros não desenvolve no lar e nas escolas de primeiro e segundo grau o hábito de ler. Quando universitários, lêem pouco, lêem mal, lêem demasiado lentamente. O problema se agrava com o desconhecimento do inglês e do francês, línguas adotadas na maioria das revistas e livros científicos e técnicos. Ler é uma experiência penosa e desencorajadora para esses jovens".<sup>11</sup> Este é um campo em que entra em ação a função educativa da biblioteca universitária, explicita nos documentos que apresentam os padrões estabelecidos para esse tipo de biblioteca. Efetivamente, numa biblioteca universitária, são ou deveriam ser metas prioritárias: propiciar instrução contínua aos estudantes mediante o uso efetivo das bibliotecas; orientá-los em relação ao material de que necessitam; prestar-lhes as informações que desejam. Briquet<sup>12</sup> também emite opinião a esse respeito e diz que "o papel fundamental que a biblioteca desempenha é de tipo educacional. Acrescenta que ela não deve funcionar como um simples depósito de livros ligado a uma sala de leitura, mas como um instrumento dinâmico

de ensino. Deve alimentar o intelecto do estudante , estimular as pesquisas do corpo docente e convidar todos os que se acham sob seu teto a compartilhar integralmente de seu alimento cultural. Nesse contexto , a utilização da biblioteca torna-se um método de ensino, ocupando seu lugar ao lado da veneranda sala de aula expositiva e da discussão em grupo. O bibliotecário atua como um professor, orientando o estudante nos caminhos da investigação e da pesquisa".

### 3.4 OBJETIVO 4 - AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS

3.4.1 Deve ser feita uma análise minuciosa acerca das informações de que o Governo necessita para suas funções e as de vários grupos de usuários em campos como a indústria, a pesquisa e a educação, para assegurar que o Sistema Nacional de Informação (NATIS) seja planejado de modo a atender a essas necessidades.

3.4.2 O próprio papel da biblioteca universitária como um dos órgãos de apoio aos objetivos da universidade: o ensino, a pesquisa, o progresso das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível superior, faz com que o "perfil" do usuário esteja sempre presente no cumprimento do seu programa de atividades. A assistência dada ao usuário de acordo com o seu campo específico de interesse, vai desde a divulgação das últimas aquisições incorporadas ao acervo, até a colaboração quanto à técnica de elaboração de um trabalho científico (dissertações de mestrado, teses etc.), de acordo com a normalização internacional de documentos.

3.4.3 O serviço de disseminação seletiva da informação (DSI), a localização de publicações, inclusive buscas retrospectivas, a reprodução de documentos, são tarefas efetuadas sempre visando ao interesse dos utentes, sejam eles alunos ou membros do corpo docente.

3.5 OBJETIVO 5 - ANÁLISE DOS RECURSOS DE INFORMAÇÃO EXISTENTES

3.5.1 Conviria realizar levantamentos de caráter geral sobre os recursos nacionais existentes em matéria de documentação, bibliotecas e arquivos, como requisito essencial de um planejamento nacional eficaz em relação ao estabelecimento e desenvolvimento do NATIS.

3.5.2 O levantamento da situação das bibliotecas universitárias brasileiras e sua organização, há muito vêm sendo objeto de preocupação e estudo de nossos bibliotecários, como provam os documentos apresentados desde o 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia <sup>13</sup> e os trabalhos encetados por bibliotecários de larga experiência como o elaborado por Edson Nery da Fonseca. <sup>14</sup> Entretanto, um esforço coletivo, com participação de representantes de vários estados, só foi possível após a criação do Grupo de Implantação da ABBU (Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias) que em espaço de tempo relativamente breve conseguiu iniciar o diagnóstico das bibliotecas universitárias brasileiras mediante a análise de questionários amplamente distribuídos. <sup>15</sup> A ABBU seria o veículo ideal para a perfeita integração das bibliotecas universitárias do Brasil no Sistema Nacional de Informação, e, pelo muito que os bibliotecários universitários diretamente ligados ao projeto já tinham alcançado, e dado o interesse e entusiasmo despertados de norte a sul do país, temos para nós que a associação proposta conseguiria pleno êxito. Julgamos desnecessário entrar em pormenores quanto ao melancólico epílogo de mais uma tentativa frustrada.

3.5.3 Todavia, algumas universidades - e a USP está entre elas - prosseguem na atualização e ampliação dos levantamentos iniciados naquela época. O GISBUSP (Grupo de Integração do Sistema de Bibliotecas da USP) tem

continuado a análise dos questionários com o intuito de estabelecer padrões mínimos para bibliotecas universitárias. Pessoalmente, preferiríamos seguir a decisão tomada pelo "Joint Committee on University Library Standards" instituído pela Associação de Bibliotecas de Pesquisa e pela Associação de Bibliotecas Escolares e de Pesquisa dos Estados Unidos, que ao invés de tentar formular padrões mínimos ou ideais, preferiu desenvolver uma série de "Critérios para a obtenção de excelência para as bibliotecas universitárias". <sup>16</sup> Prende-se esta decisão ao fato de haver entre os bibliotecários das instituições maiores o receio de que "padrões mínimos" pudessem ser considerados como padrões "máximos" pelos administradores universitários e juntas de controle, o que, conseqüentemente, impediria o crescimento de uma determinada biblioteca.

- 3.5.4 Além dos questionários, outra medida recomendável é o levantamento pormenorizado dos recursos reprográficos existentes na Universidade para a confecção de Guias contendo a indicação da unidade possuidora e vários dados sobre a acessibilidade ao material como o elaborado pelo Serviço de Informação e Reprografia da Divisão de Biblioteca e Documentação da USP. <sup>17</sup> Convém lembrar que dentro de poucos anos a REPROGRAFIA apresentará desenvolvimentos espetaculares no campo da informação. <sup>18</sup>

### 3.6 OBJETIVO 6 - ANÁLISE DOS RECURSOS HUMANOS

- 3.6.1 Conviria efetuar levantamentos gerais a nível nacional, dos recursos humanos existentes, como base para o planejamento no que concerne a pessoal e para a previsão das futuras necessidades do NATIS, sob este aspecto.

3.6.2 No que respeita a este Objetivo, o problema da disponibilidade de pessoal capacitado para o trabalho em bibliotecas universitárias reside não na deficiência da formação profissional e sim na insuficiência, quanto ao número necessário. Embora já existam no Brasil 30 escolas de Biblioteconomia e Documentação oficialmente reconhecidas, não dispomos ainda de bibliotecários para todas as bibliotecas de estabelecimentos de ensino superior existentes no país.

3.6.3 A questão se agrava quando se trata de universidades pertencentes a órgãos oficiais, pois os salários que o Governo oferece são inferiores aos que podem ser obtidos na indústria ou em entidades particulares. Situação anômala, outrossim, é a discrepância de salários entre órgãos federais, estaduais e municipais, e o conseqüente êxodo constante de bibliotecários, o que põe em risco o alto nível dos serviços que a biblioteca universitária deve oferecer.

### 3.7 OBJETIVO 7 - PLANEJAMENTO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO NATIS

3.7.1 As funções de todos os serviços de documentação, bibliotecas e arquivos deveriam ser coordenadas por um órgão ou órgãos centrais para a constituição do Sistema Nacional de Informação (NATIS), de modo a serem asseguradas uma ótima utilização dos recursos disponíveis e a máxima contribuição ao desenvolvimento cultural, social e econômico da nação.

3.7.2 A especificação dos elementos incluídos neste Objetivo leva-nos a pensar que atualmente não há, no Brasil, uma entidade governamental que possa funcionar como órgão nacional central de informação abrangendo todas as bibliotecas universitárias, tanto oficiais como particulares. Tivemos, em 1972, os estudos para a im

plantação do SNICT (Serviço Nacional de Informação Científica e Técnica) cujos objetivos passaram ao atual IBICT (ex-IBBD). Entretanto o IBICT tem o seu campo de ação bem determinado, ou seja, visa à Ciência e à Tecnologia. Sob este aspecto, é um homólogo do UNISIST.

3.7.3 Em trabalho anterior, fizemos menção ao documento no qual Jean Meyriat, secretário geral da Comissão Internacional para a Informação e Documentação em Ciências Sociais, faz à UNESCO apelo no sentido de ser o programa do UNISIST estendido às Ciências Sociais.<sup>19</sup> As reivindicações da IFLA neste sentido foram atendidas pela UNESCO, eis que não só as Ciências Sociais terão programa próprio <sup>20</sup> como também foi aprovada na 19a. Reunião Geral da UNESCO realizada em novembro de 1976, em Nairobi, a integração do UNISIST e do NATIS num Programa Geral de Informação. <sup>21</sup> (Ver Anexo 1)

3.7.4 Esperamos que em futuro próximo possamos ter no Brasil um Programa ou Sistema análogo, que centralize ou coordene as atividades que objetivam a disseminação da informação e ao qual a rede de bibliotecas universitárias possa se vincular com possibilidade de perfeita integração e efetiva ação conjunta, nos moldes preconizados por Arntz quando trata das redes especializadas de informação (SpIN = Specialized Information Networks), <sup>22</sup> observados certos princípios básicos:

- 1º) a estrutura do sistema deve ter a máxima flexibilidade;
- 2º) todos os esforços devem conduzir a uma cooperação efetiva entre os diversos serviços abrangidos pelo sistema;
- 3º) os recursos devem ser utilizados ao máximo;
- 4º) devem ser objetivados maior compatibilidade e o máximo de normalização;
- 5º) deve ser facilitado o intercâmbio internacional de informações e de materiais.

3.7.5 Cumpre salientar que na elaboração de um sistema nacional de informação são requisitos prévios a aceitação, por parte do Governo, de sua função vital, a análise dos recursos materiais e humanos existentes e as reais necessidades dos usuários já efetivos ou em potencial. Assim, deverão ser estabelecidos:

- 1º) planos de desenvolvimento para cada uma das redes institucionais que irão compor o sistema;
- 2º) coordenação das atividades das diversas redes a fim de que o sistema tenha desenvolvimento uniforme e integrado;
- 3º) incorporação do sistema nacional de informação e seus componentes nos planos nacionais de desenvolvimento, tanto gerais como setoriais;
- 4º) harmonização do plano de desenvolvimento do Serviço Nacional de Informação, notadamente nos campos especializados, com os objetivos internacionais relativos aos sistemas universais de informação.

### 3.8 OBJETIVO 8 - SUPRIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O NATIS

3.8.1 Instituições e programas nacionais de ensino para os profissionais da informação deveriam ser estabelecidos como parte integral da estrutura nacional de educação nas universidades ou instituições equivalentes de ensino superior e como a principal maneira de formar um número adequado de profissionais que satisfaçam a necessidade de pessoal qualificado para operar o Sistema Nacional de Informação (NATIS).

3.8.2 Este Objetivo reflete a tendência atual do ensino nas escolas de Biblioteconomia e Documentação brasileiras. Vinte e uma escolas funcionam em universidades e as trinta existentes conferem diploma de nível superior. A documentação e a informática são ministradas nos



cursos de graduação e figuram como disciplinas obrigatórias nos concursos para o provimento de cargos de bibliotecários nos órgãos oficiais. Além da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, no decorrer de 1977 mais duas faculdades de Biblioteconomia e Documentação, a da Universidade de Brasília e a da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, estarão oferecendo cursos de mestrado em Biblioteconomia. O doutorado em qualquer disciplina de outro curso superior é franqueado ao bibliotecário já detentor do título de mestre. Já temos bibliotecários com mestrado e doutorado em Biblioteconomia obtidos no exterior. Além do ensino nas universidades, os bibliotecários brasileiros vêm, desde 1970, tendo oportunidade de cursos a nível de pós graduação em Ciência da Informação ministrados no IBBB (atual IBICT). Outras entidades também têm facultado o acesso de bibliotecários diplomados a cursos de especialização em teoria da informação, programação para computadores, e metodologia da pesquisa (INPE, 1973 e 1974). O Instituto de Energia Atômica, sediado no campus da Universidade de São Paulo, admite bibliotecários credenciados para estágios de aperfeiçoamento no seu centro de computação eletrônica.

3.8.3 A atualização profissional também é favorecida pelos cursos especiais promovidos pelas associações de classe e outras entidades como o MEC/DAU/CODEMOR/UFPE/NAT-08 que, mediante solicitação, ministra cursos sobre os seguintes assuntos:

- 1º) Estatística, metodologia da pesquisa social e perfil do usuário (100 horas)
- 2º) Sistemas de Bibliotecas, Planejamento e elaboração de projetos (100 horas)
- 3º) Sistemas de bibliotecas, Centralização e descentralização de serviços (100 horas)

- 4º) Bibliotecas como agências de multimeios; Seleção, Aquisição e processamento do material documental (100 horas)
- 5º) Estatística e avaliação dos serviços bibliotecários (100 horas).

3.8.4 Desse modo, no que concerne à formação profissional, os bibliotecários brasileiros, mormente os universitários, estão em sua maioria aptos para contribuir efetivamente para a implementação do NATIS em nosso país.

### 3.9 OBJETIVO 9 - PLANEJAMENTO DAS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS DO NATIS

3.9.1 O plano nacional de informação deveria incluir os meios necessários para a aplicação da tecnologia da informação, segundo o caso, nos vários componentes do NATIS com a finalidade de obter a máxima utilização dos recursos existentes e alcançar compatibilidade e normalização.

3.9.2 A capacidade futura de um país no tocante a um tratamento adequado da informação dependerá, em grande medida, da perfeição e rapidez com que puder integrar os novos métodos e dispositivos tecnológicos na corrente principal de suas atividades no campo da informação. 23

3.9.3 Não há fórmulas nem critérios rigorosos que possam orientar os países em desenvolvimento na introdução de novas tecnologias no serviço nacional de informação.

3.9.4 Entretanto, as bibliotecas universitárias brasileiras, sempre na vanguarda quanto ao emprego de novos recursos e novas tecnologias, têm tido presente o vaticínio de Arntz quando se refere ao futuro da REPROGRAFIA e do computador: "Não menos espetacular será o desenvolvimento do computador como o outro grande campo

técnico ao qual os planejadores terão de dedicar atenção. Somente o computador libertará bibliotecários e pesquisadores do gasto de energia consumida na duplicação de trabalho que cada vez mais os molesta, embora as técnicas manuais sem dúvida continuarão a ser empregadas, sempre que indicadas e quando provarem ser mais econômicas". "Nos próximos 15 anos a automação crescerá cem vezes mais, o que significa que o manuseio desses sistemas exigirá mais de sete milhões de especialistas. O aumento anual do número de computadores será de cerca de 30% e duplicará cada três anos".<sup>24</sup>

3.9.5 Embora cômicos da importância da introdução de novas tecnologias em suas lides profissionais, os bibliotecários universitários devem estar aparelhados para este fim, sem esquecer que cumpre dedicar especial atenção à compatibilidade, à normalização, à análise e funcionamento dos sistemas.

3.9.6 Temos para nós que tanto para professores como para os que ainda se iniciam na tecnologia da informação, seria de grande proveito a leitura do documento COM.74/NATIS/Ref.4, sobre o planejamento da tecnologia para a informação, principalmente o capítulo 2.3, que trata do planejamento técnico a nível institucional e abrange: (1) composição da equipe encarregada do projeto; (2) orientação e treinamento; (3) avaliação de alternativas; (4) aquisição de "hardware" e "software"; (5) provisão de recursos físicos.<sup>25</sup>

3.9.7 Voltamos, outrossim, às palavras de Arntz, sem dúvida ditadas por uma longa experiência: "...os planejadores podem concluir que grandes sistemas de informação que atendam às solicitações dos usuários devem se apoiar em equipamento moderno, geralmente computarizado. Contudo, seria irresponsabilidade recomendar a computarização de serviços pequenos e, seguramente, nunca por questões de prestígio."<sup>26</sup> (grifo nosso)

3.10 OBJETIVO 10 - ESTABELECIMENTO DE UM SUPORTE JURÍDICO PARA O NATIS

3.10.1 Medidas legislativas deveriam ser tomadas o mais rapidamente possível como suporte para o planejamento e implementação do Sistema Nacional de Informação(NATIS). Essa legislação deveria cobrir a base conceitual do sistema e dos elementos que o integram, inclusive to dos os subsistemas especializados.

3.10.2 Obviamente, nenhuma atividade poderá se desenvolver sem um sólido apoio legal. Entretanto, quando lemos o item "iii" deste Objetivo do NATIS, segundo o qual deve ser facilitado "todo o intercâmbio de todo o tipo de documentação e suprimidas as barreiras administrativas que se opõem à livre circulação da informação", vêm-nos à mente as célebres barreiras de mentalidade. A propósito, lembramos um fato que lamentavelmente ocorreu não há muito em uma das nossas casas de ensino superior. Uma bibliotecária altamente credenciada, vivamente empenhada em elaborar um trabalho de interesse internacional, viu-se tolhida em seus propósitos, porque o diretor de sua instituição não consentia que se ausentasse para as pesquisas que deveriam ser feitas em outra unidade da mesma universidade e o diretor desta última, por sua vez, não permitia a saída do material bibliográfico, nem mesmo sob a custódia de um órgão central. Conseqüentemente, por mais atualizada e perfeita que seja a legislação do país, não será possível uma livre circulação da informação se não forem eliminadas as barreiras administrativas e de mentalidade, até hoje inexpugnáveis, em certos casos.

3.11 OBJETIVO 11 - FINANCIAMENTO DO NATIS

3.11.1 Devem ser consignados fundos adequados para garantir a efetiva implementação do plano do Sistema Nacional de Informação (NATIS).

3.11.2 Assim como o Governo inclui em suas metas prioritárias a erradicação do analfabetismo e o aprimoramento da educação sem, todavia, reconhecer devidamente a importância das bibliotecas escolares e públicas como instrumentos de ação nestes campos, também nas universidades é comum o desconhecimento do valor da biblioteca universitária como órgão de apoio ao ensino e à pesquisa. Daí os cortes e as transferências de verbas que atingem prioritariamente as bibliotecas sempre que a Universidade enceta uma política de contenção de despesas. Medida preventiva e salutar seria a adoção do que propõem algumas bibliotecas universitárias inglesas no sentido de que os orçamentos sejam estabelecidos em base quinquenal, com os necessários acréscimos impostos pelas oscilações da moeda e o aumento do custo do material bibliográfico e documental.<sup>27</sup> Só assim poderiam as bibliotecas universitárias brasileiras dar contribuição efetiva ao Sistema Nacional de Informação, sem solução de continuidade.

3.11.3 Quanto às previsões orçamentárias para as finalidades de informação, já foi sugerido que 10% do orçamento global para a pesquisa e o desenvolvimento seja reservado para este fim. Todavia, tendo em vista os diferentes níveis das instituições existentes e do desenvolvimento, é difícil fazer uma estimativa global.

3.11.4 No que concerne à biblioteca universitária, foi recomendado que lhe seja destinado 5% do orçamento da universidade.<sup>28</sup>

### 3.12 OBJETIVO 12 - CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL

3.12.1 O conceito do Controle Bibliográfico Universal pressupõe o estabelecimento, em cada país, de um controle bibliográfico nacional cujo objetivo consiste em assegurar que o registro bibliográfico de cada nova publicação se faça no momento em que é editada.<sup>29</sup>

- 3.12.2 O que se propõe, em princípio, é que o registro bibliográfico de cada publicação seja feito uma única vez, em seu país de origem, pelo órgão bibliográfico nacional, segundo os padrões internacionais aplicáveis tanto aos sistemas mecanizados, como aos manuais. Outrosim, os registros devem ser rapidamente postos em circulação e em formas aceitáveis internacionalmente. Desse modo, haverá uma rede constituída de unidades nacionais integradas internacionalmente para formar o sistema total.
- 3.12.3 Portanto, condição "sine qua non" para chegarmos ao Controle Bibliográfico Universal é a unificação da técnica catalográfica mediante a aceitação de um mesmo código para as regras referentes a autores e títulos, e de normas também internacionais e uniformes para a catalogação descritiva.
- 3.12.4 Desde a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação (Paris, 1961), na qual foram aprovados os princípios que regem as entradas de autores e de títulos, a IFLA tem se empenhado em fornecer os elementos necessários para a unificação internacional da Catalogação.
- 3.12.5 A parte descritiva começou a ser estudada internacionalmente no Encontro de Especialistas em Catalogação realizado em Copenhague em 1969. O documento básico, elaborado por Michael Gorman <sup>30</sup>, traduzido em várias línguas, inclusive o português, recebeu comentários e sugestões que conduziram à edição "standard" da ISBD (M) lançada oficialmente em 1974.
- 3.12.6 ISBDs especializadas (ISBD (S), ISBD (NBM), ISBD (M)) estão em curso de estudos e algumas já quase prontas para uma edição padrão. A ISBD (G), que estabelece os princípios básicos comuns a todas as ISBDs, também se encontra em fase final de redação. O texto preliminar já foi traduzido em português.

- 3.12.7 O Grupo de Trabalho em Processos Técnicos da Associação Paulista de Bibliotecários, em seu Subgrupo de Catalogação está fazendo estudo comparativo entre o código anglo americano (AACR, 1967), o seu capítulo 6 reformulado de acordo com a ISBD (M) e a edição "standard" desta última. Equipes do mesmo subgrupo estão comparando as duas últimas edições da ISBD (S) com o código anglo americano (AACR, 1967) e as Normas para catalogação de publicações seriadas nas bibliotecas especializadas. <sup>31</sup> O Subgrupo de Multimeios está comparando a ISBD (G) com as regras estabelecidas para os meios não impressos (non-book-materials) no código anglo-americano (AACR, 1967) e os estudos feitos pela Comissão de Regras de Catalogação de Multimeios da Library Association de Londres. <sup>32</sup>
- 3.12.8 Algumas bibliotecas universitárias, como a do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, já adotam a ISBD (M) na catalogação de suas monografias.
- 3.12.9 O Centro de Catalogação-na-fonte da Câmara Brasileira do Livro de São Paulo pretende adotar a ISBD (M) a partir do segundo semestre de 1977.
- 3.12.10 A ISBD (M) já está figurando na bibliografia indicada para concursos públicos de bibliotecários para órgãos oficiais.
- 3.12.11 O acima exposto evidencia que o Grupo de Processos Técnicos da Associação Paulista de Bibliotecários está trabalhando ativamente visando à unificação do registro bibliográfico de livros, de publicações periódicas e de multimeios, como também à aceitação geral dos padrões adotados internacionalmente a fim de que nossas bibliotecas e centros de documentação possam contribuir rápida e eficientemente para o Controle Bibliográfico Universal.

3.12.12 O sucesso do Controle Bibliográfico Universal, desde o seu lançamento, como lema da reunião geral da IFLA em Grenoble, em 1973, até a instalação do escritório internacional sediado na biblioteca do Museu Britânico, é descrito pormenorizadamente por Dorothy Anderson <sup>33</sup> de modo que não há necessidade de ser aqui relatado. Entretanto, como salienta Vosper <sup>34</sup>, alguns aspectos devem ser mencionados. Em primeiro lugar, o conceito do Controle Bibliográfico Universal não é novo, eis que corresponde a um dos mais velhos sonhos dos bibliotecários, bibliógrafos e homens de letras. Desde a Biblioteca Universalis de Konrad Gesner, de 1545, até os programas UNISIST e NATIS de nossos dias, o sonho de um registro bibliográfico geral tem persistido. O que ocorre agora é que, graças à atividade da IFLA, temos finalmente um mecanismo adequado para a finalidade proposta, com a vantagem do computador, instrumento poderoso para armazenar, manipular e reproduzir os registros necessários. Além disso, como resultado da cuidadosa e persistente ação da IFLA, há longos anos mantida, visando ao estabelecimento de padrões internacionais para a Catalogação, estamos agora em condições de enfrentar as exigências do computador quanto à normalização. Todavia, a maior vantagem que hoje em dia temos, além da experiência e grande capacidade profissional dos que lideram o movimento, é o entusiasmo geral, por parte dos bibliotecários do mundo todo, quanto à necessária colaboração nas intrincadas e meticulosas tarefas do Controle Bibliográfico Universal.

#### 4. QUO VADIS ?

4.1 Que caminhos seguirá a biblioteca universitária brasileira para chegar à imprescindível rede de bibliotecas universitárias que se integrará no Serviço Nacional de Informação?



4.2 Temos para nós que, assim como antes da aquisição de computadores, máquinas de teletipo ou câmaras de microfilme, todos os esforços devem ser envidados no sentido de não ser efetuada sua instalação antes de asseguradas no mínimo três condições essenciais: (a) disponibilidade de pessoal capacitado para a execução da tarefa; (b) instruções exatas e em número suficiente para que o computador possa realizar as operações que dele se esperam; (c) medidas para que a mudança do sistema anteriormente usado para o novo a ser implantado se faça sem solução de continuidade <sup>35</sup>, os bibliotecários universitários brasileiros devem estar preparados para um perfeito intercâmbio de dados e informações antes do estabelecimento de uma rede de bibliotecas universitárias apta a ser integrada no Sistema Nacional de Informação.

4.3 Urge, pois, que as bibliotecas universitárias brasileiras, norteadas pelos objetivos do PROGRAMA GERAL DE INFORMAÇÃO da UNESCO, <sup>36</sup> que integra os programas UNISIST e NATIS, e de acordo com o conceito do Controle Bibliográfico Universal, ampliem suas atividades e ativem seus esforços mediante um programa de ação para início do qual sugeriríamos o que se segue:

4.3.1 Considerar:

1º) que na Universidade moderna a eficiência do ensino e da pesquisa está na dependência direta do acesso ao "substratum" bibliográfico e documentário, infra-estrutura indispensável a qualquer sistema educacional ou científico, decorrendo daí a importância crescente da função das bibliotecas universitárias; <sup>37</sup>

2º) que as bibliotecas universitárias brasileiras, embora algumas com excelente organização individual, se apresentam, até agora, sem coordenação a nível nacional, o que acarreta duplicações e triplicações desnecessárias de acervos e serviços; <sup>38</sup>

- 30) que já estão sendo executados programas internacionais de cooperação no campo da informação, com base em sistemas nacionais perfeitamente organizados; 39
- 40) que o progresso tecnológico moderno no campo dos computadores e da ciência da informação permitiu a solução de problemas antigos com que defrontavam tanto os bibliotecários como os usuários da informação com relação: (1) ao custo elevado da catalogação original de livros e a indexação de revistas quando efetuadas por várias bibliotecas; (2) a produção dos "mecanismos da informação" requeridos para propiciar serviços aos usuários, tais como os catálogos coletivos dos acervos bibliográficos de uma área ou nação; (3) a compilação de bibliografias nacionais e especializadas e de outros meios bibliográficos e de informação; 40
- 50) que, face ao custo elevado das publicações e dos equipamentos de que as bibliotecas universitárias necessitam não deve haver duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes. 41

#### 4.3.2 as bibliotecas universitárias brasileiras deveriam:

- 10) participar efetivamente dos Grupos estabelecidos nas associações de bibliotecários dos Estados, por sua vez, vinculados a Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos da FEBAB, visando a unificação dos processos técnicos;
- 20) estudar, aplicar e divulgar as normas estabelecidas internacionalmente para a descrição bibliográfica de monografias, publicações seriadas, multimeios etc. (ISBD (M), ISBD (S), ISBD (NBM), ISBD (M), ISBD (G)), elaboradas pelos Grupos de Trabalho da Comissão de Catalogação da IFLA, já divulgadas em todos os continentes e em uso nas principais bibliotecas da Europa e dos Estados Unidos;
- 30) acompanhar os estudos que visam à publicação do novo código anglo-americano, cuja publicação está prevista para breve e decidir adotá-lo, a exemplo de vários países que o farão por ser este o código realmente internacional, uma vez que foi elaborado de acordo com o conceito do Controle Bibliográfico Universal e segundo os Princípios estabelecidos na Conferência Internacional de Catalogação (Paris, 1961);

- 4ª) estudar a possibilidade de ter participação nos projetos CALCO e MARCAL;
- 5ª) meditar sobre as vantagens da catalogação centralizada coordenada por um órgão nacional e conectada com os centros regionais ou nacionais como Ohio College Library Center em Columbus, Ohio, e outros semelhantes; 42
- 6ª) ativar a cooperação com outras bibliotecas universitárias do Brasil e do exterior; 43
- 7ª) aparelhar-se com recursos materiais e humanos para uma perfeita integração no Sistema Nacional de Informação;
- 8ª) assumir o encargo da "catalogação-na-fonte" das obras editadas pela universidade a que es sejam vinculadas;
- 9ª) contribuir para o Controle Bibliográfico Nacional fazendo o registro de todo o material bibliográfico (teses, catálogos, estatutos etc.) que documenta a produção científica e literária da Universidade e registra os principais aspectos de sua vida; 44
- 10ª) analisar e divulgar as Conclusões do Seminário sobre os Serviços de Informação em Grandes Concentrações Universitárias realizado na cidade do México em 1975; 45 (Ver Anexo 2).

4.4 Se as considerações e sugestões aqui apresentadas contribuírem para que as bibliotecas universitárias brasileiras estabeleçam um plano de ação conjunta que possibilite a constituição de uma rede de bibliotecas a ser integrada no Sistema Nacional de Informação, poderemos, em futuro próximo, superar os problemas da Informação, inegavelmente, o grande desafio do nosso tempo. Desafio, que, segundo Arntz, 46 poderá estrangular o progresso ou enobrecer nossas aspirações, contribuindo para o bem-estar e a prosperidade.

Maria Luisa Monteiro da Cunha  
São Paulo, 23.V.1977

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. PENNA, Carlos Victor. Planeamiento de servicios bibliotecarios y de documentación. 2. ed. rev. y. aum. por P. H. Sewell y Herman Liebaers. Madrid, OEI; Paris, UNESCO, 1970.
2. SEMINARIO INTERAMERICANO SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NAS ANTILHAS, 1ª, Washington, 1972. Declaração, conclusões e recomendações. Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1973. 6p.
3. INTERGOVERNMENTAL CONFERENCE ON THE PLANNING OF NATIONAL DOCUMENTATION, LIBRARY AND ARCHIVES INFRASTRUCTURES, Paris, 1974. Final Report. Paris, UNESCO, 1974. 65p. (COM/MD/30)
4. NATIONAL Information Systems (NATIS): Objectives for national and international action. In: INTERGOVERNMENTAL CONFERENCE ON THE PLANNING OF NATIONAL DOCUMENTATION, LIBRARY AND ARCHIVES INFRA-STRUCTURES, Paris, 1974. Paris, UNESCO, 1974. p. (COM.74/NATIS/3)
5. ARNTZ, Helmut. Planning of national overall documentation, library and archives infrastructures. Paris, UNESCO, 1974. 44p. Trabalho apresentado a Intergovernmental Conference on the Planning of National Documentation, Library and Archives Infrastructures, Paris, 1974.
6. ARNTZ, H., op. cit., acima item 5
7. INTER-AMERICAN SEMINAR ON UNIVERSITY LIBRARIES, sponsored by CHEAR (Council on Higher Education in the American Republics), Monticello, Ill., Jan. 1961. Informe elaborado por Marietta Daniels Shepard; trad. Maria Luisa Monteiro da Cunha. |Mimeografado|
8. SEMINARIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA AMERICA LATINA, Mendoza, 24 set.-5 out., 1962. Informe; trad. Maria Luisa Monteiro da Cunha. São Paulo, Universidade, 1962. 11p.
9. NATIONAL Information Systems, op. cit., acima item 4

10. GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Comissão de Planejamento de Cursos de Técnica da Pesquisa Bibliográfica. Curso de técnica da pesquisa bibliográfica: programa padrão para a Universidade de São Paulo, por Aguiari, C.S.A.L. et al. São Paulo, 1977. 24p. Trabalho a ser apresentado ao 9º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, julho 1977.
11. PFROMM NETTO, Samuel. A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional. Brasília, 1974. Trabalho apresentado ao Seminário para Estudo dos Problemas de Administração e Funcionamento de Bibliotecas Universitárias, promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Brasília, 1974.
12. LEMOS, Antonio Agenor Briquet de & MACEDO, Vera Amália Amarante. A posição da biblioteca na organização operacional da universidade. Brasília, 1974. Trabalho apresentado ao Seminário para Estudo dos Problemas de Administração e Funcionamento de Bibliotecas Universitárias, promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Brasília, 1974.
13. CUNHA, Maria Luisa Monteiro da. Bibliotecas universitárias e alguns de seus problemas. Recife, 1954. 18p. Trabalho apresentado ao 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Recife, 1954.
14. FONSECA, Edson Nery da. Roteiro para organização de bibliotecas universitárias. Brasília, Universidade, 1967. 38p.
15. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 7º, Belém, 1973 & ENCONTRO NACIONAL DE DIRETORES DE BIBLIOTECAS CENTRAIS UNIVERSITÁRIAS, 2º, Belém, 1973. Relatório do Grupo de Implantação da Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias (C.N.B.U.) Belém, 1973.
16. DOWNS, R. B. & HEUSSMAN, J. W. Standards for university libraries. College and Research Libraries, 31(1):28-35, 1970.
17. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Divisão de Biblioteca e Documentação. Serviço de Informação e Reprografia. Levantamento do equipamento reprográfico existente na Universidade de São Paulo. São Paulo, 1975. 40p.
18. ARNTZ, H., op. cit., acima item 5

19. MEYRIAT, Jean. Sur la possibilité d'étendre aux sciences sociales le programme de l'UNISIST: quelques reflexions présentées par Jean Meyriat... 12p. Trabalho apresentado ao Congresso de la Fédération Internationale des Associations de Bibliothécaires, 39<sup>a</sup>, Grenoble, 1973.
20. CRÓNICA DE LA UNESCO. La 99<sup>a</sup> Reunión del Consejo Ejecutivo; la acción de la UNESCO a plazo breve (1977-1978) y a plazo medio (1977-1982). Paris, v.22, n.7-8, jul./ago. 1975.
21. PROGRAMME général d'information de l'UNESCO: résolution de la Conférence générale. UNISIST; ou let in d'information, 4(4):1-2, 1976.
22. ARNTZ, H., op. cit., acima item 5
23. NATIONAL Information Systems, op. cit., acima item 4
24. ARNTZ, H., op. cit., acima item 5
25. BECKER, Joseph & BURCHINAL, Lee G. Planning for information technology. Paris, UNESCO, 1974. 34p. (COM.74/NATIS/REF.4) Trabalho apresentado a Intergovernmental Conference on the Planning of National Documentation, Library and Archives Infrastructures, Paris, 1974.
26. ARNTZ, H., op. cit., acima item 5
27. ROBERTS, Norman. University libraries. Library Association Record, London, 74(8):141-143, aug. 1972.
28. SEMINARIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS NA AMERICA LATINA. op., cit., acima item 8
29. ANDERSON, Dorothy. Universal bibliographic control. Paris, UNESCO, 1974. 67p. (COM.74/NATIS/Ref.3) Trabalho apresentado a Intergovernmental Conference on the Planning of National Documentation, Library and Archives Infrastructures, Paris, 1974.
30. GORMAN, Michael. Standard bibliographical description: a proposal for a standard comprehensive international system for the recording of bibliographical data. Copenhagen, IFLA, 1969. 10p. Trabalho apresentado ao International Meeting of Cataloguing Experts, 1<sup>a</sup>, Copenhagen, 1969.
31. ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS. Grupo de Bibliotecários Biomédicos. Normas para catalogação de publicações seriadas nas bibliotecas especializadas. Sao Paulo, Polígono, 1972. 121p.

32. LIBRARY ASSOCIATION. Media Cataloguing Rules Committee, Londres. Mon-book-materials cataloguing rules: integrated code of practice and draft revision of the Anglo-American cataloguing rules, British Text, part III. Londres, National Council for Educational Technology, Library Association, 1973. 129p. (Working Paper nº 11)
33. ANDERSON, Dorothy. Universal bibliographic control. The Hague, IFLA, Verlag Dokumentation, 1974. 87p.
34. VOSPER, Robert. National and international library planning: an introductory working document ... Washington, 1974. [10p.] Trabalho apresentado ao General Council Meeting of the International Federation of Library Association, 40th, Washington, 1974.
35. BECKER, J. & BURCHINAL. L. G., op. cit., acima item 25
36. PROGRAME général d'information de l'UNESCO, op. cit., acima item 21
37. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO. Memorial encaminhado ao Sr. Presidente da Comissão Supervisora e Dirigente da Divisão de Biblioteca da USP solicitando a criação do Grupo de Bibliotecários da Universidade. São Paulo, 1972.
38. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO., op. cit., acima item 37
39. SHEPARD, Marietta Daniels. Catalogación centralizada y la factibilidad de un sistema interamericano de transmisión de información bibliográfica que utilize la nueva tecnología de información. Bogotá 1975. 13p. Trabalho apresentado ao Seminário Latinoamericano sobre Control y Adquisición de Material Bibliográfico, Bogotá, oct. 1975.
40. SHEPARD, M. D., op. cit., acima item 39
41. BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 29 nov. 1968.
42. SHEPARD, M. D., op. cit., acima item 39
43. CUNHA, Maria Luisa Monteiro da. Cooperación inter bibliotecaria. Mendoza, 1962. Trabalho apresentado ao Seminário sobre o Desenvolvimento de Bibliotecas universitarias na América Latina, Mendoza, 24 set.-5 oct. 1962.

44. CUNHA, Maria Luísa Monteiro da., Controle bibliográfico universal: novo desafio as bibliotecas universitarias. Sao Paulo, 1975. 16p. Trabalho apresentado au Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 8ª, Brasília, 20-25 jul. 1975.
45. SEMINARIO SOBRE SERVICIOS DE INFORMACIÓN EN GRANDES CONCENTRACIONES UNIVERSITARIAS, Mexico, 1975. Conclusiones. Mexico, Dirección General de Bibliotecas de la Universidad Autónoma de Mexico y Programa Interamericano de Desarrollo de Bibliotecas y Archivo de la DEA, 1975. 5p.
46. ARNTZ, H., op. cit., acima item 5



# UNISIST

Bulletin d'information vol. 4, N° 4 - 1976

Programme  
intergouvernemental  
de coopération en  
matière d'information  
scientifique  
et technologique

## Programme général d'information de l'Unesco - Résolution de la Conférence générale

Lors de sa dix-neuvième session, qui a eu lieu en novembre dernier à Nairobi, la Conférence générale de l'Unesco a adopté une résolution concernant notamment le développement futur du programme UNISIST.

Suivant les propositions faites par le Directeur général, la Conférence a décidé d'instituer un programme général d'information sur les activités de l'Organisation dans le domaine de l'information scientifique et technique et de la documentation, des bibliothèques et des archives.

La Conférence a approuvé les statuts du Conseil intergouvernemental du programme général d'information et a chargé celui-ci, notamment, d'assurer la continuité et le développement de l'action entreprise dans le cadre du programme UNISIST, en recommandant un usage approprié de cette dénomination. Le Conseil exercera ses fonctions relatives au programme intergouvernemental UNISIST conformément aux dispositions de l'article 4 des statuts du Comité directeur de l'UNISIST (approuvés par la Conférence générale à sa dix-septième session), le Conseil remplaçant désormais ce Comité.

La Conférence générale a reconnu à sa dix-neuvième session les résultats significatifs obtenus jusqu'à présent par le programme UNISIST et l'intérêt de son apport général au développement et à l'interconnexion des systèmes d'information et a chargé le Directeur général de prendre les mesures nécessaires pour que le programme général d'information, notamment par le développement des projets entrepris au titre du programme UNISIST, fournisse un cadre conceptuel pour les systèmes d'information mis au point par les institutions des Nations Unies et pour l'ensemble des activités d'information de l'Unesco.

La résolution ci-après a été adoptée par la Conférence générale :

La Conférence générale,

Rappelant sa résolution 18 C/7.21 ainsi que ses résolutions 17 C/2.131, 18 C/2.131, 18 C/4.201, 4.211 et 4.212,

Rappelant la Conférence intergouvernementale pour l'établissement d'un système mondial d'information scientifique (UNISIST) (octobre 1971) et la Conférence intergouvernementale sur la planification des infrastructures nationales en matière de documentation, de bibliothèques et d'archives (NATIS) (septembre 1974),

Ayant approuvé l'objectif 10.1 du Projet de plan à moyen terme, intitulé "Développement et promotion des systèmes et services d'information aux niveaux national, régional et international", tel qu'il est présenté dans le document 19 C/4,

Rappelant la recommandation par laquelle le Groupe d'experts sur les structures du programme de l'information, la documentation, les bibliothèques et les archives (juin 1975) a suggéré que l'Unesco ait "en matière d'information une politique et un programme d'ensemble s'appliquant à tous les domaines de sa compétence et qui tiendraient compte de la nécessité de développer les éléments du programme relatifs aux bibliothèques, aux archives et aux services d'information spécialisés"

soulignant qu'"une coordination générale devra être assurée pour éviter les doubles emplois et pour veiller à la complémentarité des programmes, systèmes et services d'information existants" et estimant, enfin, que le programme devrait être pourvu d'un seul comité directeur intergouvernemental et d'un organe consultatif unique,

Ayant examiné le rapport du Directeur général sur le programme d'ensemble en matière d'information (19 C/42 et ses annexes) y compris le rapport sur les activités du Comité directeur de l'UNISIST,

Ayant également étudié les sections 2.13 (Information et documentation scientifiques et technologiques) et 4.16.1 (Documentation, bibliothèques et archives) du Projet de programme et de budget pour 1977-1978 (doc. 19 C/5),

Considérant l'importance du transfert et de l'échange de l'information, notamment dans le domaine scientifique et technologique, pour le développement économique et social, l'importance grandissante de l'information comme ressource, la complexité croissante de la technologie dans ce domaine et la nécessité de promouvoir les systèmes internationaux d'information,

- 1 • Programme général d'information de l'Unesco - Résolution de la Conférence générale
- 2 • Cinquième réunion du Bureau du Comité directeur de l'UNISIST
- 3 • Séminaire de Bangkok sur la formation des utilisateurs
- 4 • Séminaire de Rome sur la formation des utilisateurs
- 5 • Groupes de travail de l'UNISIST
- 6 • Réunions de l'Assemblée générale et du Conseil d'administration de l'ISDS
- 7 • Projet de démonstration de transmission de données en direct
- 8 • Système international d'information sur la population (POPINS)
- 9 • Colloque international sur les systèmes d'information concernant les recherches scientifiques en cours - Actes
- 9 • Principes directeurs pour la présentation des collections d'éditeurs

Unesco

Considérant l'importance que revêtent pour tous les pays et tout particulièrement pour les pays en développement les problèmes de planification et de développement de systèmes nationaux intégrés d'information et le besoin impérieux de combler les lacunes de l'information et de créer et développer les infrastructures nécessaires dans ces pays,

Considérant également l'engagement qu'a pris l'Unesco de contribuer au développement des systèmes et des services d'information internationaux, régionaux et nationaux, facteur essentiel de la coopération internationale et du développement national,

Considérant enfin le rôle significatif qui revient, dans de tels systèmes, aux bibliothèques et aux services d'archives, dont la contribution au développement culturel doit également être soulignée,

Reconnaissant les résultats significatifs obtenus jusqu'à présent par le Programme UNISIST dans le domaine de l'information scientifique et technique et l'intérêt de son apport général au développement et à l'interconnexion des systèmes d'information,

1. Approuve les principes et les orientations du Programme général d'information, tels que le Directeur général les a exposés dans le document 19 C/42, et décide que le Programme général couvrira essentiellement les activités de l'Organisation dans les domaines de l'information scientifique et technique, de la documentation, des bibliothèques et des archives, correspondant aux sections 2.13 et 4.16.1 du Projet de programme et de budget pour 1977-1978 (19 C/5);
2. Approuve les statuts du Conseil intergouvernemental du Programme général d'information, qui figurent en annexe à la présente résolution;
3. Elit, conformément à l'article 2 des Statuts, les trente Etats membres ci-après qui siègeront au Conseil en 1977-1978 : Algérie, République fédérale d'Allemagne, Argentine, Belgique, Brésil, Chine, Colombie, Congo, Cuba, Egypte, Etats-Unis d'Amérique, France, Ghana, Haute-Volta, Inde, Indonésie, Iran, Japon, Maroc, Nigéria, Norvège, Ouganda, Pays-Bas, Pérou, République démocratique allemande, Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord, Sénégal, Union des républiques socialistes soviétiques, Yougoslavie, Zaïre.
4. Charge le Conseil de guider, conformément à ses statuts, la planification et la mise en œuvre du Programme général d'information dans l'intérêt du développement de l'éducation, de la culture, des sciences et des technologies, avec le souci :
  - (a) De favoriser la coopération des Etats membres dans le cadre de ce programme,
  - (b) D'assurer la continuité et le développement de l'action entreprise dans le cadre du Programme UNISIST, en recommandant notamment qu'un usage approprié soit fait de cette dénomination,
- (c) D'assurer la promotion du concept d'une planification globale des systèmes nationaux d'information (NATIS) et susciter les actions appropriées pour aider les Etats membres à planifier et développer de tels systèmes de manière à pouvoir participer activement à la coopération internationale, en accordant une attention particulière :
  - (i) Au renforcement de la contribution indispensable des bibliothèques au développement de l'éducation, de la science et de la culture,
  - (ii) A la promotion du développement des services d'archives, notamment comme instrument d'efficacité administrative et comme facteur de sauvegarde et de mise en valeur du patrimoine culturel et de l'identité nationale;
5. Autorise le Directeur général à faciliter l'exécution du Programme général d'information, en veillant à assurer l'intégration des activités en vue de :
  - (a) promouvoir la formulation de politiques et de plans,
  - (b) promouvoir l'établissement et l'application de méthodes et de normes,
  - (c) contribuer au développement des infrastructures de l'information et à l'application des techniques modernes de collecte, traitement, transfert et reproduction de l'information,
  - (d) promouvoir la formation pratique et théorique des professionnels et des utilisateurs de l'information, une attention particulière étant accordée aux besoins des pays en développement, et surtout aux problèmes du transfert de l'information et des données des pays techniquement avancés aux nations en développement;
6. Autorise le Directeur général à établir un comité consultatif composé d'experts et de spécialistes des disciplines et des professions intéressées choisis de façon à assurer une juste représentation géographique;
7. Considère que le Programme général d'information doit constituer un chapitre distinct à l'intérieur du Titre II (Exécution du programme) du Programme et budget de l'Unesco;
8. Charge le Directeur général de prendre les mesures nécessaires pour que le Programme général d'information, notamment par le développement des projets entrepris au titre du Programme UNISIST, fournisse un cadre conceptuel pour les systèmes d'information mis au point par les institutions des Nations Unies et, en particulier, pour l'ensemble des activités d'information de l'Unesco.

## Cinquième réunion du Bureau du Comité directeur de l'UNISIST

La cinquième réunion du Bureau s'est tenue au Siège de l'Unesco les 30 et 31 août 1976. Après adoption de l'ordre du jour, le Secrétaire du Comité directeur de l'UNISIST a présenté son rapport portant sur les principales activités menées depuis la quatrième réunion du Bureau et comprenant les rubriques suivantes : (i) suite donnée à la dernière réunion; (ii) préparation de la dix-neuvième session de la Conférence générale; (iii) coopération avec les organisations intergouvernementales et non gouvernementales; (iv) quelques points du programme UNISIST.

Les débats auxquels a donné lieu ce rapport ont été axés sur les questions indiquées ci-après.

- 1) Mise en œuvre de résolutions de l'ONU. Le Bureau a noté que le rapport du Secrétaire général des Nations Unies sur la mise en place d'un réseau d'échange de renseignements techniques\* avait été approuvé sans modification par le Conseil économique et social et serait transmis à l'Assemblée générale des Nations Unies.
- 2) Modification des statuts du Comité directeur de l'UNISIST. Le Bureau a pris acte de l'accord des membres du Comité directeur pour porter de 18 à 30 le nombre des Etats membres de ce comité intergouvernemental.
- 3) Réaction des Etats membres au projet de programme

\* Voir Bulletin, vol. 4, no. 3.

UNIVERSIDAD NACIONAL AUTONOMA DE MEXICO  
DIRECCION GENERAL DE BIBLIOTECAS

Y

ORGANIZATION DE LOS ESTADOS AMERICANOS  
PROGRAMA INTERAMERICANO DE DESARROLLO  
DE BIBLIOTECAS Y DE ARCHIVO

SEMINARIO SOBRE SERVICIOS DE INFORMACION  
EN  
GRANDES CONCENTRACIONES UNIVERSITARIAS  
MEXICO, D.F., 1-5 DICIEMBRE 1975

CONCLUSIONES

## CONCLUSIONES

(Anexo 2)

Los miembros participantes al Seminario sobre los Servicios de Información en Grandes Concentraciones Universitarias después de haber discutido cada uno de los aspectos del programa, mismos que representan algunos de los problemas que confrontan estas Universidades en sus servicios bibliotecarios y de información han llegado a las siguientes conclusiones:

### De la estructura

1. Para el mejor aprovechamiento de los recursos y de la información, es conveniente que exista un órgano coordinador y/o director del sistema de bibliotecas, sin importar la estructura organizativa de la Universidad.
2. Que el organismo cuente con la base legal necesaria que le permita cumplir con sus objetivos.
3. Que el directorio del organismo esté representado en el máximo grupo de gobierno de la Universidad para que tenga la oportunidad de orientar la actividad de la biblioteca dentro del marco de la docencia, investigación y difusión cultural de la Universidad.
4. Que la biblioteca universitaria es un instrumento indispensable a las tareas de investigación y enseñanza de la Universidad, al realizar estas actividades y colaborar a este nivel, con las diferentes dependencias académicas de la Universidad, por lo tanto, se recomienda que a la biblioteca se le otorgue el mismo rango académico de las escuelas, facultades e institutos de la Universidad.

### Del Personal

5. Que el bibliotecario profesional pueda optar a niveles académicos dentro de la Universidad, similares a los del personal docente y de investigación, siempre y cuando el bibliotecario satisfaga los requisitos establecidos por la Institución.
6. Que para que se cuente con el personal requerido por el sistema bibliotecario este debe tener una adecuada política de selección de personal y un plan de capacitación y actualización del mismo, que le permita aprovecharse al máximo de las facilidades nacionales e internacionales que existen.
7. Que con la finalidad de mejorar los recursos humanos con que deben contar las bibliotecas universitarias, estas deben tomar en cuenta lo siguiente:
  - a) Establecer una comunicación formal con las escuelas de bibliotecarios para tenerlas actualizadas

en cuanto a las necesidades de recursos humanos y a la preparación que estas requieran para una eficiente labor de la biblioteca universitaria.

- b) Promover programas nacionales y regionales de formación profesional a nivel universitario, de perfeccionamiento a todos los niveles y de entrenamiento, suficientes para garantizar los objetivos del mismo.
8. Que es conveniente solicitar a la UNESCO la actualización del curso audiovisual para preparación del personal bibliotecario y la elaboración de otro curso audiovisual de nivel superior, que contemple las necesidades de las bibliotecas universitarias.
9. Que se solicite a la OEA llevar a cabo el proyecto recomendado por la Reunión de Consulta sobre Formación de Personal Bibliotecario, celebrada en Medellín en 1974, con la finalidad de actualizar las llamadas "Normas de Medellín".

#### De los usuarios

10. Que es necesario que las bibliotecas universitarias presten especial atención a la capacitación de usuarios en el uso de la biblioteca, sus materiales y sus servicios, por lo tanto, se recomienda la traducción de las "Normas para instrucción bibliográfica en las bibliotecas" de la American Library Association, para que sirva de base para definir los requisitos que debe satisfacer toda guía de orientación al lector de las bibliotecas de la región.
11. Se recomienda que George Peabody College for Teachers, la Universidad Nacional Autónoma de México y el Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior, se aboquen a la elaboración de guías para Latinoamérica.

#### Literatura técnica y difusión

12. Que debido a la gran utilidad que las publicaciones de la OEA han prestado al desarrollo bibliotecológico en América Latina y debido a la suspensión de estos materiales, se vea la posibilidad de que este esfuerzo se continúe con el apoyo de la OEA y el cuerpo de investigadores de la UNAM, previa la satisfacción de dos fases:
- a) La elaboración de una encuesta para identificar las necesidades de publicaciones técnicas en español y portugués de las Universidades de América Latina.
  - b) La planificación de un programa de publicaciones técnicas acorde a las necesidades que el campo bibliográfico presente.

13. A fin de que los países latinoamericanos conozcan las investigaciones y estudios que se realizan en los campos de la información y la bibliotecología y para evitar la duplicación de esfuerzos, es conveniente distribuir entre las Instituciones representadas y cualesquiera otra Institución que tenga actividades similares, las publicaciones y proyectos que ellos patrocinen en estos campos.

#### De los aspectos técnicos

14. Que es necesario contar con una investigación, sobre las ventajas y desventajas de la centralización y de centralización, concentración y desconcentración de las bibliotecas universitarias, acorde a las diversas estructuras que presentan las universidades del área.
15. Para que cada país pueda promover y estudiar la conveniencia de integrarse a sistemas de adquisiciones y catalogación compartida, es conveniente definir y divulgar las implicaciones de éstas, entre los bibliotecarios latinoamericanos.
16. Que puesto que a través de adecuados procesos técnicos, se pudiera proporcionar una red de servicios compartidos de catalogación y clasificación, es conveniente que las bibliotecas del área adopten reglas internacionales de catalogación como las Reglas de catalogación angloamericana y las Normas internacionales para la descripción bibliográfica (ISBD).
17. Que se impulse más la actualización y especialización de la Lista de Encabezamientos de Materia de la OEA y este trabajo se convierta en un proyecto multinacional con sede en ICFES de Colombia.
18. Que con el fin de no duplicar esfuerzos, se vea la posibilidad de unificar los proyectos que vienen desarrollando la Biblioteca Benjamín Franklin de México, la Biblioteca Nacional de Venezuela y el ICFES de Colombia sobre el índice de equivalencias en inglés de los encabezamientos de materia incluidos en la Lista de la OEA.
19. Que dada la importancia de la continuación del proyecto MARCAL para facilitar la automatización de bibliotecas y del almacenaje, recuperación y transmisión de información bibliográfica, es conveniente que tanto las instituciones representadas como algunas otras de América Latina, se responsabilicen para la continuación del proyecto MARCAL, contando con el apoyo de la OEA.

## De las colecciones

20. Para ayudar a las bibliotecas universitarias en la selección de materiales bibliográficos, se recomienda a la OEA considerar la ampliación del proyecto nacional solicitado por Panamá, para desarrollar las colecciones de las nuevas bibliotecas, para que se convierta en un proyecto multinacional en colaboración con otros países, utilizando entre otras, las listas selectivas especializadas, como las hechas en México y proveer un mecanismo para mantenerlas actualizadas y dar a conocer otras nuevas revistas y libros seleccionados por expertos.
21. Para que los usuarios universitarios tengan fácil acceso al contenido de las revistas nacionales de cada país de América Latina, se recomienda a éstos que busquen la manera de indizar dichas revistas y den a conocer su contenido en cualquiera de las formas posibles de acceso.
22. Que las bibliotecas universitarias cuentem con catálogos colectivos de libros, publicaciones periódicas, tesis, multimedia y otros, y en los casos que no existan estos catálogos, que la biblioteca los realice.
23. Que sea responsabilidad de la biblioteca universitaria reunir, registrar y divulgar todo lo que publique su universidad (conferencias, discursos, reglamentos, etc.)